

O Congresso dá sinais de que está diante de algo que considera novo, mas ainda não sabe como reagir — a crise de representatividade. Deputados e senadores de diferentes partidos voltaram do recesso, nesta semana, dispostos a discutir a necessidade de convocação de plebiscitos ou mesmo a imposição de referendo popular sobre decisões legislativas relevantes para o futuro do País, como, por exemplo, a reforma da Constituição.

Estão olhando para as saídas previstas na Carta de 1988, onde se guarda um arsenal de mecanismos para participação direta da população no processo legislativo: o plebiscito, o referendo e o direito dos cidadãos de apresentar projetos de lei para decisão no Congresso.

O debate avança com inusitada discrição. Já não é exclusivo das bancadas parlamentares de regiões que compõem o eixo político do País, como São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Passou a envolver, também, representações de Estados como Paraná, Santa Catarina, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

A idéia-motor é a da responsabilidade e da sintonia do Congresso e do governo com o desejo popular no processo de decisões políticas cruciais para o futuro. A população diz o que pensa e o que deseja ver realizado, por exemplo, como a reforma constitucional. São mecanismos institucionais há muito incorporados à rotina da vida política em vários países, da Europa à América do Sul.

A discussão em Brasília parte da constatação, via diferentes pesquisas, do nível de desinformação da sociedade sobre a abrangência e o significado da reforma constitucional em curso.

Mas há outras motivações, dissimuladas. A principal delas, talvez, seja a incerteza que parece atormentar parcela expressiva dos congressistas sobre o que mudar na Constituição. E, principalmente, como mudar. Prefeririam, antes de qualquer coisa, ouvir a voz do dono do voto.

O vai-e-vem na questão dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações é puro reflexo. A pressa do governo aju-

dou na ampliação de tais incertezas: programou acabar com tais regras, vigentes há quatro décadas, no espaço de apenas 180 dias, ou seja, até setembro.

Há os que passaram a acreditar ser vital o referendo popular às propostas do governo, na fase de regulamentação das mudanças constitucionais que estão sendo feitas, cujo objetivo central é a transferência de boa parte das regras da Carta para leis ordinárias e complementares.

O senador Pedro Simon (PMDB), influente líder da bancada gaúcha, cita o exemplo da Inglaterra, onde o Partido Trabalhista estatizou praticamente todas as empresas e, depois, o Partido Conservador privatizou todas. Sem necessidade de mexer na Constituição.

Já a senadora Júnia Marise (PDT) resolveu ir além. Apesar de alojada na oposição virtual, ela integra a ala mais conservadora da bancada de Minas Gerais. Apresentou um projeto vinculando a regulamentação da quebra do monopólio estatal das telecomunicações à realização de um referendo.

Um dos líderes governistas, o senador cearense Lúcio Alcântara (PSDB), decidiu propor ao Senado a imediata regulamentação dos mecanismos existentes na Constituição para a partici-

pação popular direta no processo legislativo.

No Congresso tem-se como muito difícil a aplicação das formas de consulta à população no curtíssimo prazo. Mas a força com que esse debate está sendo impulsionado nos bastidores do Senado e da Câmara permite antever a incorporação do plebiscito e do referendo à rotina política dos brasileiros a médio prazo.

Existe campo fértil para isso. Foi o que constatou o Instituto Vox Populi, de Belo Horizonte, em junho, quando entrevistou 3 mil pessoas em mais de 200 cidades. Perguntou se achavam boa ou não a idéia de referendo popular às decisões políticas importantes tomadas pelo Congresso, como na reforma da Constituição. Resultado: 70% responderam sim.



■ José Casado é jornalista

É possível antever a incorporação do plebiscito e do referendo à rotina política dos brasileiros